

UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA E AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS
RELACIONADAS ÀS FIGURAS PARENTAIS

Ana Jakellyne Pecori Viana¹

Resumo

A presente pesquisa objetiva investigar as representações sociais de gênero e o contexto social, bem como, investigar as concepções sociais no desenvolvimento do conceito de família, ou ainda, as contribuições da perspectiva sócio-histórica para problematizar experiências de vivências dos papéis de pai e mãe, tal como são apresentados atualmente em nossa sociedade. Neste contexto, a presente pesquisa constitui-se para o aumento da visibilidade do conhecimento e para possíveis intervenções, visando promoção da saúde e melhora da qualidade de vida dos sujeitos que se encontram desempenhando esses papéis sociais.

Palavras-chave: Representações sociais. Família. Figuras parentais

Abstract

The present research aims to investigate the social representations of gender and the social context, as well as to investigate social conceptions in the development of the family concept, or the contributions of the socio - historical perspective to problematize experiences of the roles of father and mother , as they are currently presented in our society. In this context, the present research is aimed at increasing the visibility of knowledge and possible interventions, aiming at promoting health and improving the quality of life of the individuals who are performing these social roles.

Keywords: Social representations. Family. Parental figures.

Resumen

La presente investigación objetiva investigar las representaciones sociales de género y el contexto social, así como, investigar las concepciones sociales en el desarrollo del concepto de familia, o aún, las contribuciones de la perspectiva socio - histórica para problematizar experiencias de vivencias de los papeles de padre y madre , tal como se

¹Docente do Curso de Psicologia da Unisepe. Especialista em Psicologia Organizacional UNIARA-SP. anajakellyne@hotmail.com

presentan actualmente en nuestra sociedad. En este contexto, la presente investigación se constituye para el aumento de la visibilidad del conocimiento y para posibles intervenciones, visando promoción de la salud y mejora de la calidad de vida de los sujetos que se encuentran desempeñando esos papeles sociales.

Palabras-clave: Representaciones sociales. Familia. Figuras parentales.

Introdução

Este artigo tem como finalidade analisar o olhar sobre a família e as construções sociais relacionadas às figuras parentais. A partir disso, para tratar da temática exposta e apontar possíveis respostas ao problema elencado e cumprir com o objetivo proposto, o trabalho apresentará como foco central a família e as construções sociais relacionadas às figuras parentais. Visto que, a família constitui-se o protótipo das primeiras relações sociais, tornando-se um modelo referencial e identificatório (JUNIOR; MESSA, 2007).

De acordo com Seabra (2009), a noção de família e paternidade na contemporaneidade está cada dia se modificando, devido às grandes mudanças que ocorrem em nossa sociedade. Sendo assim, destaca-se a relevância em estudar e ampliar os conhecimentos em relação a essas novas configurações de família presentes em nosso meio (SEABRA, 2009).

Com a evolução da sociedade, a família que tem como característica a constituição de uma base social, também sofre alterações em seu papel, e na dinâmica do contexto familiar. De acordo com o que o exposto, novas configurações de família surgem a todo o momento, cabendo a Psicologia Social conhecer e ampliar o conhecimento sobre elas.

Nesse sentido, Trindade & Menandro (2002), pontuam que as representações sociais sobre família, estão fortemente impregnadas pelos modelos tradicionais de paternidade e maternidade, cabendo ao homem o papel de provedor e às mulheres o atendimento aos filhos e a realização de atividades domésticas. Através do estudo desses autores, pode-se pensar na importância de estudar e conhecer as novas

configurações familiares com intenção de ampliar a visão do desempenho dos papéis e funções das figuras parentais.

Tendo em vista a proposta da nova Psicologia Social, segundo Bock et al (2002), tenta-se explicar e compreender os processos de subjetividade e as relações que o indivíduo mantém em sociedade. Com base nessas explicitações, propõe-se com a presente pesquisa, compreender a especificidade do fenômeno, isto é, as diferentes configurações sociais, assim como o impacto familiar, ao lançar um olhar sobre as construções sociais relacionadas às figuras parentais.

Segundo Junior & Messa (2007) a transição para a parentalidade envolve a mudança das identidades individuais de marido e mulher para as de pai e mãe, assim como o relacionamento de casal muda para unidade familiar. Dessa forma, a parentalidade sugere o desempenho de um papel definido e aceito pela sociedade, portanto, os conceitos de pai e mãe são permeados por requisitos prévios, responsabilidades e características, que provocam generalizações de como esse papel deve ser desempenhado.

Nesse sentido, as mudanças familiares tem sido foco de diversos estudos os quais nos mostram as significativas mudanças que essa instituição vem sofrendo, como expõe Betty Carter & Mônica Mac Goldrick (1995), na geração passada, as mudanças nos padrões de ciclo de vida familiar aumentaram dramaticamente, especialmente por causa do índice de natalidade menor e da expectativa de vida mais longa, da mudança do papel feminino e do crescente índice de divórcio e recasamento. Enquanto antigamente a criação dos filhos ocupava os adultos por todo o seu período de vida ativa, ela agora ocupa menos da metade do período de vida adulta que antecede a terceira idade. O significado da família está mudando drasticamente, uma vez que ele não está mais organizada primariamente em torno dessa atitude.

De acordo com Seabra (2009), as mulheres estão cada vez mais independentes e tornando-se chefes de suas famílias. Essa nova configuração se difere do modelo familiar tradicional, como descreve a autora, “pai provedor e mãe cuidadora”.

Atualmente as mulheres têm trabalhos remunerados, levando o pai a ganhar espaço em relação aos cuidados com os filhos, alterando essa antiga configuração.

Outro aspecto em estudo, segundo Balancho (2004), com uma amostra de pais, avós e filhos, foi avaliar a eventual transformação das percepções subjetivas relativas ao papel do pai no decurso de três gerações. Em face desses pressupostos, a investigação objetivava caracterizar as percepções relativas aos significados de funções e valorações inerentes à atual paternidade.

Sendo assim, destaca-se um conjunto de percepções que apontam para a concepção de um pai renovado, indiciando uma base estrutural cognitiva que venha a poder ser suporte de novas expectativas e práticas na relação pais e filhos. Percebe-se, de acordo com a evolução da sociedade, que a família tem como característica a constituição de uma base social que também sofre alterações em seu papel, em sua estrutura e, conseqüentemente, na dinâmica do contexto familiar. Isto pode ser percebido também, em relação ao mito do amor materno, conforme Badinter (1985), o qual cria expectativas socialmente construídas em torno do sentido de ser mãe, não levando em conta que ser mãe também pode ser uma decisão e, não somente uma inerência depositada na mulher, como sendo um ser determinado a conceber e amar. Por outro lado, a mesma autora discorrendo sobre o ser pai, verifica em termos históricos a ausência do amor delineado nessa figura, mas acolhendo o papel de disciplinador, portanto, ao amor de pai não lhe era conferido o sentimento apreciado atualmente.

Com base no referencial teórico pesquisado, percebe-se que tais construções são repassadas de geração a geração, incluindo os aspectos relativos ao exercício da paternidade (TONELI, 2010 apud KEIJZER, 2000). Por isso, a compreensão de invenções sociais em relação a estes papéis desempenhados e instituídos socialmente. Também se observa, que a questão de gênero é importante porque estabelece expectativas culturais a respeito do que se espera de um homem e de uma mulher num determinado momento histórico.

Segundo Toneli (2010), o casamento legalizado aparece em alguns casos, dando a impressão de que a paternidade é mais facilmente assumida quando a relação conjugal é

consolidada. Nos casos que o relacionamento do casal termina há ocorrência de um distanciamento do pai com os filhos, “agravado pelos sentimentos negativos da mãe em relação ao pai que tende a distanciá-los” (TONELI, 2010). Percebe-se nas leituras da autora a necessidade de:

Construção de uma ‘nova paternidade’ vista por alguns como um dever, na medida em que se exige dos homens uma maior participação e responsabilidade no cuidado com os filhos, dividindo ou diminuindo as responsabilidades das mulheres neste campo (Ariha, 1999).

Nesse aspecto, esta possibilidade é vista como um direito associado a uma perspectiva de construção de um “novo homem”, fruto da “crise da masculinidade”. Assim, os homens teriam o direito de estarem mais próximos dos seus filhos e companheiras, estabelecendo com eles uma relação de maior intimidade e trocas afetivas (LYRA, 1998, 1999).

Ainda nesse sentido, há um discurso sobre a expectativa de que para ser um bom pai, além de ser o provedor precisa cuidar (maternar). Vê-se também o respaldo legal para esses aspectos significantes na perspectiva sócio - histórico – cultural, em acordo com a Lei, como se percebe nos Arts. 1565, 1566, IV e 1567 do novo CC (BRASIL, 2002), os quais em sua redação contemplam o cuidado dos filhos ao pai e a mãe em conjunto: Art. 1565 “Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes¹, companheiros e responsáveis pelos *encargos da família*”; Art.1566 “São deveres de ambos os cônjuges: IV – *sustento, guarda e educação dos filhos*”; Art. 1567 “A direção da sociedade conjugal será exercida pelo marido e a mulher, *sempre no interesse do casal e dos filhos*” (grifo nosso).

Em face da Lei, a qual delega a ambos os cônjuges o cuidado (sustento, educação) com os filhos examina-se de forma minuciosa no que compreende esse cuidar, e que nenhum pai ou mãe, casado ou não, sente-se totalmente capaz, pelo menos no início do exercício desses papéis. Entretanto, se percebe com o tempo que faz parte de um processo de interiorização adquirida aos poucos. Pretende-se, a partir de contribuições

da perspectiva sócio - histórica problematizar as experiências das vivências dos papéis de pai e mãe, tal como são apresentados atualmente em nossa sociedade. Neste contexto, a relevância da presente pesquisa constitui-se para o aumento da visibilidade do conhecimento e para possíveis intervenções, visando promoção da saúde e melhora da qualidade de vida dos sujeitos que se encontram desempenhando esses papéis sociais.

Sobre as construções sociais relacionadas às figuras parentais

Com intenção de estudar a evolução das atitudes maternas, segundo Badinter (1985), é necessário compreendê-las como uma “personagem relativa e tridimensional”, entendendo-as como variáveis imprescindíveis ao contexto materno. Entende-se a partir disso, que a concepção de mãe se dá em relação ao pai e ao filho, por isso relativa; e, além disso, a mãe é ainda uma mulher, com suas aspirações pessoais, que por vezes pouco tem a ver com desejos de pai e filhos, e, com isso, entende-se a tridimensionalidade da mulher.

Nesse sentido, para Badinter (1985), normas e valores sociais dominantes determinam papéis de mãe, pai e filho (a). Em tempos remotos, sobre a mãe pairava a sombra refletida do pai, a quem lhe era dado plenos poderes, mantendo na imagem materna uma característica semelhante à criança, em relação à ingenuidade atribuída a estes papéis sociais. Por outro lado, no que se refere à educação de filhos, novamente, ergue-se na sociedade a ênfase ao papel materno.

A autora se refere também ao valor destinado à criança, pois quem a mantinha recebia apreço social. Assim, enquanto o pai deteve poder absoluto sobre os filhos a mãe era relegada em escala de valores secundários no lar. Em face do contrário, a mãe mantinha responsabilidade afetiva para com os filhos. Com isso, se percebe a predominância da mãe relacionada à intimidade familiar.

Dessa forma, amamentar produz um elo muito forte entre a mãe e o bebê, enquanto ela pode dispensar-lhe esse ato. Em relação à entrada da mulher na atividade do trabalho externo, porque, inicialmente, a mulher sempre teve seu trabalho destinado ao lar e aos filhos, percebe-se que houve uma redução do tempo destinado a

amamentação. O caso foi tão sério em tempo da medicina em conjunto com o aparato estatal intervir com Leis, assegurando o direito a trabalhadora em amamentar seu filho (a) no período de licença-maternidade. Esse período já foi referente há quatro meses, mas desde 20103, já pode durar seis meses.

O fato de a mulher estar no mercado de trabalho, portanto em competição de cargos e funções com o homem, faz com que algumas empresas, agravadas com o perfil capitalista de nossa época, conforme Fonseca (1989) tenham preferência empregar homens em determinadas funções. Tais fatos se devem, ao entendimento de que a produtividade está além do compromisso social em propiciar às próximas gerações o direito de receber o aleitamento materno, e, o possível aumento do período de licença maternidade à mulher.

Verifica-se dessa forma, a importância no destaque do movimento feminista e das conquistas que a partir dele vem sendo possíveis às mulheres atuais, nos diversos âmbitos sociais de sua inserção, outrora impedidas por tantas limitações concedidas socialmente, que a fizeram tanto produto quanto produtora do leque de atividades permeadas por discussões de gênero, novos arranjos familiares e divisão de tarefas parentais crescentes e emergentes na contemporaneidade.

Para explicitar isto, é necessário iniciar um breve histórico sobre o movimento feminista, enfatizando que a maternidade começava, então, a ser compreendida como construção social que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro.

O movimento feminista inaugura a discussão de gênero, uma vez que de acordo com Aguiar (1997), a consolidação do termo gênero foi construída historicamente no âmbito dos movimentos feministas e chegou ao Brasil nos meados dos anos 70 junto com os movimentos de redemocratização política do país.

Com isso, o movimento feminista pós-estruturalista vai mais além criando um constructo capaz de abarcar de forma mais ampla todos os tipos de representação de

gênero, segundo Meyer (2003), centrado na linguagem como *locus* de produção das relações que a cultura estabelece entre corpo, sujeito, conhecimento e poder. Afasta-se de abordagens que apontam a amamentação regular, por seis meses, reduz 17 vezes as chances de a criança contrair pneumonia, 5,4 vezes a possibilidade de anemia e 2,5 vezes a ameaça de crises de diarreia. A Lei 11.770 de 09 de setembro de 2008, aprovada pelo Presidente da República, a qual prevê incentivo fiscal para as empresas do setor privado que aderirem à prorrogação da licença maternidade de 120 dias para 180 dias, tende a focalizar apenas os papéis e funções de homens e mulheres para englobar todas as formas de construção social, cultural e lingüística que os diferenciam e que também produzem seus corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

Segundo o Instituto de Ação Cultural⁴, reconhece-se hoje, no Feminismo um dos principais acontecimentos deste século. Não se pode mais ignorar que as mulheres estão em movimento. Observando a trajetória do Movimento Feminista desde a década de 60, é possível identificar os vários espaços onde as mulheres se organizam e apontam alguns desafios colocados para o movimento de mulheres, a partir do processo de democratização e globalização.

O movimento feminista, assim como, os movimentos juvenis contra culturais e antibelicistas, dentre outros grupos, faziam parte dos “novos movimentos sociais” que emergiram durante os anos de 1960 e que se opunham aos sistemas de regime vigentes como as formas burocráticas de organização; e, que reivindicavam a identidade social de seus sustentadores. O movimento feminista como um todo pugnava pela quebra na separação entre o público e o privado, tendo como um dos slogans “o pessoal e político” (ATHAYDE, 2008, p. 2).

De acordo com essas explicitações, prossegue-se com esclarecimentos sobre as figuras parentais, primeiramente discorre-se sobre a família e paternidade e na sequência sobre a parentalidade. O movimento feminista, a paternidade, assim como a maternidade⁵, é um momento de transformação, marcada na sociedade pela assunção da responsabilidade (de prover, de cuidar, de proteger).

Com o escopo de esclarecimento metodológico, e assim melhor análise, Silva (2005) elucida sobre a pesquisa genealógica de Michel Foucault, a qual pressupõe “compreender que com o social, jamais estamos diante de objeto real concreto (o dado), mas de um objeto real de conhecimento (o construído)”.

Neste viés, em análise as diversas experiências e vivências do papel de pai na atualidade, é salientar compreender a evolução da construção do papel paternal a partir de uma perspectiva sócio - histórica, onde se deve tomar a cautela de primeiramente trazer a luz. As informações contidas nesse livro surgiram, inicialmente, como forma de organizar informações relativas ao movimento de mulheres no Brasil, podendo encontrar-se anexadas, informações relativas aos feitos de inúmeras brasileiras, desde a época abolicionista até o final da década de setenta. Vale ressaltar ainda, que este trabalho é apenas uma amostra da variedade e grandiosidade das lutas de mulheres no Brasil.

Tanto a maternidade quanto a paternidade são entendidas como parentalidade, os papéis sociais atribuídos ao pai e a mãe, ou seja, as figuras parentais. a construção do papel masculino, o qual interage com a paternidade não só por gênero, mas também devido a um “interdesenvolvimento”. Segundo Pedro Paulo Oliveira (2004), masculinidade seria:

Um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação. E complementar: na qualidade de estrato constitutivo e articulado do *socius*, apresenta-se como uma significação social, um ideal culturalmente elaborado ou sistema racional que aponta para uma ordem de comportamento socialmente sancionado. (...) Como anteriormente discutido sobre construções sociais desses papéis, percebe-se com esta definição que o papel masculino também percorreu tal senda, sendo formado por uma teia de fins sociais, a qual através de uma simbologia comum realizou o processo de subjetivação do sujeito (OLIVEIRA, 2004; p.13).

Oliveira (2004) acrescenta ainda, que a palavra “masculinidade”: “derivada do termo latino *masculus*, começou a ser utilizada apenas em meados do século XVIII, no momento em que se realizava o intuito de estabelecer critérios mais explícitos de diferenciação entre os sexos”. Identifica-se então, que o simbolismo masculino emerge da teia social a fim de cumprir inicialmente uma questão de diferenciação de gênero, no entanto tal percepção é transcendida para uma elaboração cultural mais complexa.

Esclarece ainda o autor, que o ideal masculino simboliza-se de diferentes formas na história, onde inicialmente com o declínio da sociedade medieval esse ideal sai do público para o doméstico, expressando assim um ideal afetivo romântico, instituição-chave, para a sociedade burguesa estabelecer a família monogâmica.

É possível nesta transição, perceber a mudança do ideal masculino do nobre, como esclarece Oliveira (2004), para um nobre o ideal de masculinidade estava ligado ao comportamento que mantivesse compromisso com alguns valores cruciais: como lealdade, probidade, correção, coragem, bravura e preservação. Todos eles se conservarão integrando o ideal moderno correspondente, mas alguns serão transformados, adequando-se aos preceitos da sociedade burguesa. Certas características comportamentais como coragem e bravura, por exemplo, foram progressivamente destituídas de seu caráter de violência explícita.

Ribeiro & Ribeiro (1948), pontuam que a família em decorrência de mudanças culturais e econômicas teve que se reestruturar como uma instituição social, adaptando-se ao “novo tecido social”. A partir de então, a família passaria também a representar uma instituição social plena, com a existência de mediação entre diferentes renovações. “A família possui o importante papel de transmissão de valores, como também os arranjos familiares” (RIBEIRO, 1948, p. 148).

Outros autores que estudam a temática contribuem com importantes modificações sobre essa instituição social, segundo Gomes et al., 2004: o modelo de família, organizado com base na hierarquia, regido pela severidade de princípios, é substituído por formas diferenciadas de organização, sem deixar lugar para o autoritarismo do antigo pai provedor, que exercia domínio sobre o grupo.

A mulher, de modo submisso, tinha os afazeres da casa e o cuidado com os filhos, como ocupação exclusiva. A partir disso, pode-se constatar que essa instituição regida e dominada pela hierarquia masculina veio se modificando ao longo dos anos. Ou seja, é possível observar durante os anos que a mulher muitas vezes auxiliava no papel de provedor da família, e como tal, continuava com os cuidados da casa e dos filhos, estabelecendo dupla jornada. Gomes et al., 2004, também demonstra que adotar formas diferentes de convivência familiar é uma prática freqüente na sociedade contemporânea. Atualmente, muitas mulheres estão cada vez mais no mercado de trabalho, sendo provedoras de suas casas e ao mesmo tempo donas de casa.

Assim como Gomes et al., (2004) Fonseca (1989) contribui com importantes discussões sobre as modificações ocorridas nesta instituição social. Fonseca (1989) afirma que os papéis de mãe, pai e filhos (as) ao longo dos tempos foram perdendo significado, isto é, “a família nuclear não representava uma forma de unidade domesticada e bem delimitada” (p. 104). Passou-se a criar uma dinâmica familiar diferente a todos os modelos até então préconcebidos. Fonseca (1989) descreve ainda, que com as transformações ocorridas na economia, as mulheres viram-se obrigadas a auxiliar os maridos a sustentar o lar. Assim, a configuração de uma família nuclear, onde a mãe cuidava exclusivamente do lar e dos filhos, foi se reestruturando, criando – então, essa nova configuração familiar existente.

Considerações finais

Conclui-se com este estudo que a mulher como dona de casa e o homem como o único provedor – essa instituição hierárquica –, já não está tão presente em nossa sociedade. Neste viés, a família contemporânea se transformou de acordo com as transformações culturais da atualidade, tornando a mulher um ser mais independente e presente no mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, a família inicialmente foi idealizada a fim de serem repassados os bens materiais a outras gerações como clarifica Reis (1989), uma das principais finalidades seria a de garantir a transmissão da herança a filhos legítimos do homem responsável pela acumulação material –, o que só seria possível com a garantia de que a

mulher exerceria sua sexualidade no âmbito exclusivo do casamento. Daí a importância da virgindade e da fidelidade da mulher. Para Reis (1989), tal processo fez desenvolver quatro tipos de famílias: aristocrata, camponesa, proletariada e burguesa. No presente trabalho passará a ser enfatizada a família proletariada e burguesa, a fim de melhor definir o tema parentalidade.

Segundo Reis (1989), a família proletária surge com um início do desenvolvimento industrial, o que lhes aproximou para os ideais burgueses e assim a mulher começa a ficar mais em casa, ao exercer a maternidade, e o pai, se mantém a maior parte do tempo na fábrica e em bares, no entanto, já há um avanço na qualidade de vida comparado com as fases anteriores.

Com a passagem da família para os subúrbios estes perdem a comunicação com a comunidade, surge à família burguesa, momento em que é asseverado um conservadorismo e um fechamento familiar. A partir do casamento surgem outras complicações para a família burguesa, como explica Reis (1989): Dessa forma, o casamento burguês passou a caracterizar-se por uma dissociação entre sexualidade e afetividade. A família era o recanto do afeto, mas não do prazer sexual. Este passou a ser buscado fora do lar pelos homens, em geral através da conquista de mulheres da classe inferior. Contudo, a família burguesa que sustenta grande parte dos papéis parentais sofre oscilações com a dinamicidade do mundo moderno, assim as suas características, principalmente com a saída da mulher para o mercado de trabalho, alteraram sua estrutura familiar e, por sua vez, alteraram em consequência a paternidade.

No contexto atual, segundo Ridente & Madrado (1998), a condição paterna se mantém de forma parecida com a anterior, como podemos identificar neste extrato: [...] a constatação a que fomos chegando é que a concepção e criação de filhos constituem experiências humanas atribuídas culturalmente às mulheres, não incluindo o pai.

No entanto Ridente & Madrado (1998), identificam também com a modernidade outro ideal de pai que surge, a qual é conhecida como “nova paternidade”, onde o pai

assume uma postura mais afetiva e protetora perante o filho, assumindo um papel que antes era de exclusividade das mães.

Contudo, tal empreitada traz conseqüências tendo em vista o constante choque com o modelo paternal burguês. De acordo com Ridente & Madrado (1998), será “assim que a figura do cuidador está sempre associada à imagem do afeminado ou do abusador”. De acordo com o objetivo geral da presente pesquisa, pretende-se também esclarecer as significações concernentes a parentalidade. Procurou-se destacar, que parentalidade se remete a conjugalidade, ou seja, é a relação fundadora da família, sendo a tarefa e a relação mais exigente da família. Dessa forma, segundo D’Incao (1989) essa relação é muito dinâmica e se transforma em função do desenvolvimento de cada um dos elementos que nela participa.

A parentalidade é a relação que mais marca o ciclo de vida da família. Atualmente, a parentalidade decorre da história e cultura em que a família está inserida e de acordo com Cerveny (2006), está estreitamente ligada ao contexto social, no qual originam papéis e comportamentos de homens e mulheres. Os membros da família estão unidos entre si, por laços legais, direitos e obrigações, religião e por sentimentos, tais como amor, afeto, respeito e medo.

De acordo com Cerveny (2006), é impensável para as ciências humanas, principalmente aquelas que trabalham com famílias, deixarem de lidar com divórcios, recasamentos, famílias monoparentais, casais homossexuais, fertilização *in vitro*, violência doméstica, doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual e tantas outras questões. Tais fatos nos fazem vivenciar novos padrões de parentalidade todos os dias. Em nossa sociedade atual, como pontua o autor, o papel de pai é visto como tão importante quanto à mãe para o desenvolvimento emocional saudável dos filhos e da família (CERVENY, 2006).

Nesse sentido, assim como as mulheres estão vivendo novos papéis na sociedade, os homens estão construindo novos papéis para si. Portanto, compreender e aprofundar o estudo desse tema é um desafio complexo e fascinante, considerando as constantes mudanças nos relacionamentos na vida dos seres humanos. Atualmente, em muitas

famílias já se percebe uma relativa divisão de tarefas, na qual pais e mães compartilham aspectos referentes às tarefas educativas e organização do dia-a-dia da família. Porém, essas mudanças parecem não estar ocorrendo com a mesma frequência e intensidade em todas as famílias.

O que encontramos hoje são famílias com diferentes configurações e estruturas, o que implica diretamente na divisão de tais tarefas. Coexistem modelos familiares nos quais segue vigente a tradicional divisão de papéis; outros nos quais maridos e esposas dividem as tarefas domésticas e educativas e, ainda, famílias nas quais as mulheres são as principais mantenedoras financeiras do lar, mesmo acumulando a maior responsabilidade pelo trabalho doméstico e educação dos filhos (FLECK & WAGNER, 2003).

Pesquisas brasileiras relacionadas ao tema têm constatado que a divisão das tarefas domésticas, ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Assim, Rocha & Coutinho (2003), afirmam que mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que os maridos, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, elas realizam uma quantidade muito maior de atividades no trabalho doméstico que eles. Ademais, homens e mulheres ainda desempenham distintas tarefas domésticas como se tais atividades fossem próprias de cada um deles. Assim, as mulheres seguem realizando tarefas como cozinhar, lavar e passar enquanto os homens desempenham tarefas como carpintaria e pequenos consertos.

Essas considerações demonstram a complexidade que envolve este assunto na família atual. Nesse sentido, as contribuições da presente pesquisa podem suscitar políticas públicas de acolhimento e esclarecimentos sobre a vivência paterna e materna, pois faz parte do ciclo vital de reprodução da espécie humana, o viver em família.

Nesse sentido, torna-se relevante articular assuntos de nossa contemporaneidade, em relação à compreensão sócio-histórica sobre a composição da família, os novos arranjos familiares, também conceitos compreendidos a respeito de expectativas sobre pai e mãe e as de gênero, com respaldo em pesquisas nessa área, dando atenção para o que versa na linguagem da Lei e seus estatutos sobre o que tange tais assuntos.

Referências

- ADRIÃO, Karla Galvão; BECKER, Simone (2006). “Algumas Reflexões sobre Produção da Categoria de Gênero em Contextos como o Movimento Feminista e o Poder Judiciário”. *Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, jan/abr..
- AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de & cols. (2009). “Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres” *Psicol. Soc.* vol.21, n.3, p. 421-430.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. (2011). “Paradoxos da família contemporânea”. *Psicologia & Sociedade*. v. 23, n. 2, p. 436-437.
- ARILHA, Magareth & cols. *Homem e masculinidade: outras palavras*. São Paulo: ECOS, 1998.
- ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. (2008) *O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e da Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena. Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis.
- BALANCHO, Leonor Segurado Falé (2004). “Ser pai: transformações intergeracionais na paternidade”. *SciELO Análise Psicológica*. n.2, v. 22, p.
- BOCK, A. M. B & cols. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENITES, A. P. O & cols. “Histórias de vida de mulheres e saúde da família: algumas reflexões sobre gênero”. *Psicologia & Sociedade*. v. 21, n. 1.
- CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.
- CARTER, Betty & cols. *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

Cad. de Pesq. Interdisc. em Psicologia: Fund. teóricos, históricos e epistemológicos do pensamento psicológico. Registro, vol. 1, n.1. p. 70-85, fev. 2018.

DICIONÁRIO AURÉLIO BÁSICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995.

D'INCÃO, Maria Angela. *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

BENOIT, Lelita Oliveira. "Feminismo, gênero e revolução". *Dossiê Crítica Marxista*. p. 76-88. (s/d).

FLECK, A. & Wagner, A. (2003). "A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar". *Psicologia em Estudo*, n. 8, p. 31-38.

FONSECA, Claudia. "Pais e filhos na família popular". In: D'INCAO, Maria Ângela. *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

GOMES, Aguinaldo José da Silva & cols. (2004). "O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 20, n.2, p. 119-125.

LANE, Silvia & cols. *Psicologia social o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MEYER, Dagmar Estermann. (2004). "Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais". *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília*, p.13-18.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. (2004). "A construção social da masculinidade". Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004, p.13-23.

RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família e desafios na sociedade brasileira: valores como um ângulo de análise*. São Paulo: Centro João XXIII, 1948.

RODRIGUES, Roberta de Alencar & cols. (2009). "Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres". *Psicologia & Sociedade*, vol. 21, n.3.

Artigo recebido: 15/01/2018

Artigo aprovado em: 25/01/2018

Número de ISBN

978-85-66848-18-2